

Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil

Partisanship, life cycles and political socialization in Brazil

Lucas Toshiaki Archangelo Okado ⁽ⁱ⁾

Ednaldo Aparecido Ribeiro ⁽ⁱⁱ⁾

Danilo César Macri Lazare ⁽ⁱⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-9677-7193>. lucas.okado@gmail.com

⁽ⁱⁱ⁾ Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR, Brasil; ednaldoribeiro@icloud.com

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR, Maringá, PR, Brasil; mu_danilo@hotmail.com

Resumo: Estudos empíricos apontam diferenças significativas na forma como jovens e adultos têm se manifestado politicamente, constatando o distanciamento por parte da juventude no envolvimento em ações tidas como convencionais, principalmente o voto e o ativismo partidário. Esses trabalhos consideram como causa deste fenômeno as diferenças entre os papéis sociais desempenhados ao longo da vida por jovens e adultos. Apesar da existência de estudos que abordam a relação entre participação e idade, há uma lacuna nos que abordam a juventude e a identificação partidária. Este texto tem por objetivo analisar os efeitos da transição para a vida adulta e a identificação partidária no Brasil. Utilizando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro produzido pelo CESOP/Unicamp, os modelos afirmam que não existem diferenças significativas na identificação partidária, seja ela afetiva ou racional, manifestada por jovens e adultos. A variável dependente não se mostrou significativa quando controlada por outras variáveis intervenientes, como sexo e educação. Nos modelos que analisam a identificação partidária dos três maiores partidos, ser jovem se mostrou significativo para explicar a adesão ao PMDB e ao PT.

Palavras-chave: juventude, política partidária, comportamento político

Abstract: *Empirical studies have shown significant differences in how young people and adults have expressed themselves politically, indicating that youth keeps distance from the involvement in conventional political actions, such as voting and party activism. These studies attribute the cause of this phenomenon to the differences between the social roles played throughout life by youth and adults. Despite the existence of studies that address the relationship between participation and age, there is a gap in the field about youth and party identification. This paper aims to analyze the effects of the transition to adulthood and party identification in Brazil. Using Brazilian Electoral Study data, produced by CESOP/Unicamp, this paper's models show that there are no significant differences in party identification, whether it is rational or emotional, manifested by youth and adults. The dependent variable was not significant when controlled by other intervening variables, such as gender and education. In the models that analyze identification with the three major parties, being young was revealed as significant in explaining identification with PT and PMDB.*

Keywords: *youth, party identification, political behavior*

Introdução

A literatura internacional sobre identificação partidária (IP), com mais de meio século de história, tem discutido fartamente os processos de formação da ligação entre cidadãos e instituições políticas, bem como suas relações com uma ampla variedade de atitudes e comportamento individuais. Mais recentemente, as pesquisas têm se ocupado principalmente com a tendência de declínio dos indicadores de partidarismo em boa parte das democracias ocidentais.

Na literatura nacional, também é possível encontrar considerável esforço empírico sobre esse fenômeno, principalmente analisando o perfil do eleitor identificado politicamente com legendas específicas ou com essas instituições em geral, a evolução dessa identificação e a sua relação com atitudes e comportamentos (Lamounier & Meneguello, 1986; Mainwaring, 2001; Neves, 2012; Paiva, Braga, & Pimentel Jr., 2007; Rennó, 2007; Singer, 1999; Speck, Braga, & Costa, 2015). Parte desse expressivo interesse dos pesquisadores se deve ao fato de o partidarismo atuar como uma heurística fundamental para o cidadão comum, referenciando posições políticas e escolhas eleitorais (Dalton, 2013).

Muitos dos estudos que buscam analisar esse fenômeno destacam a importância da socialização política e das experiências vividas durante a juventude como condicionantes dos laços afetivos entre o indivíduo e os partidos. Segundo Sears (1975), a socialização política é o

período no qual são incorporados os valores, as crenças e as atitudes, antecedendo a entrada na vida adulta e forjando atitudes, valores e comportamentos com alta estabilidade. Para esse autor, as orientações subjetivas estabelecidas durante esse período pré-adulto se consolidam e permanecem latentes, manifestando-se de forma residual durante toda a vida do indivíduo e pouco se alterando com o passar dos anos, salvo em razão de experiências excepcionalmente traumáticas.

Buscando relacionar o tema do partidarismo e da socialização política, o presente artigo apresenta resultados de investigação sobre a relação entre identificação partidária (IP) e juventude no Brasil. Utilizando a série histórica de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), procuramos verificar em que medida os marcadores de socialização para a vida adulta são preditores relevantes da IP no contexto brasileiro. Dessa forma, o trabalho se insere em um grupo de investigações que tem se preocupado em identificar os condicionantes da adesão aos partidos, especialmente em um contexto internacional de declínio nos indicadores de partidarismo (Dalton, McAllister, & Wattenberg, 2003).

Antes de passarmos à apresentação desses resultados, entretanto, julgamos pertinente oferecer alguns esclarecimentos teóricos sobre os dois principais conceitos que orientam nossos testes. Após esta breve introdução, discutiremos os significados e os conteúdos da IP. A seção seguinte apresentará nossa definição de juventude e quais as suas potenciais relações com o processo de formação de preferências e atitudes em relação às instituições partidárias. Na terceira seção serão apresentados esclarecimentos metodológicos sobre os dados e os modelos utilizados nos testes e, na sequência, serão expostos e discutidos os resultados.

Identificação partidária

Na literatura internacional sobre comportamento político, espaço considerável tem sido dedicado à IP (Mainwaring & Torcal, 2005; Payne, 2007). É consensual entre os pesquisadores desse campo que o partidarismo estrutura e atribui significado ao sistema de crenças políticas dos cidadãos e pode influenciar em alguma medida o voto dos eleitores (Dalton et al., 2003; Weisberg & Greene, 2006), além de poder contribuir para a estabilidade

do sistema político através da minimização da volatilidade nas escolhas eleitorais (Dalton & Weldon, 2007). É em razão dessa relevância que o esforço de definição conceitual sobre esse fenômeno e seus condicionantes tem ocupado importantes pesquisadores.

Com certa dose de generalização, podem-se distinguir duas correntes quanto à origem da IP: a primeira interpreta essa ligação como um fenômeno identitário (Green, Palmquist, & Schickler, 2004) que tem origem no processo de socialização política, enquanto a segunda a entende como um atalho informacional, utilizado pelos eleitores, que é forjado pela avaliação que os indivíduos fazem do desempenho das legendas.

Para a abordagem identitária, a IP ocupa lugar de destaque na estruturação do padrão de comportamento político dos cidadãos e seria construída ao longo do processo de socialização, fazendo parte da constituição do indivíduo como uma extensão do seu ego (Rico, 2010). Denominada pela literatura como Escola de Michigan (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Converse, 1969), essa abordagem enfatiza as bases afetivas equivalentes ao que, em outro campo, seriam as “identidades religiosas” (Rico, 2010). Começando a se constituir nos primeiros anos de vida, através da socialização familiar, a ligação com as legendas partidárias se manteria ao longo da vida, sendo, portanto, resistente a alterações.

Ainda que essa abordagem tenha sido fortemente criticada a partir da década de 1970, ela continua a orientar pesquisas sobre o tema, algumas delas com importantes achados sobre a importância da socialização política na explicação da IP (Green et al., 2004; Miller & Shanks, 1996; Rico, 2010).

Por sua vez, a interpretação racionalista se concentra na noção de atalho informacional. Para os defensores dessa abordagem, os atores políticos racionais buscam a maximização de suas satisfações subjetivas e se utilizam, para tanto, de atalhos elaborados a partir das imagens de partidos, candidatos e ideologias, com a finalidade de diminuir os custos de obtenção e processamento de informações políticas (Downs, 1957). Sofisticando essa perspectiva que pressupõe a racionalidade dos atores, Fiorina (1978) destaca o fator cognitivo e a avaliação da política *a posteriori*. Para esse autor, tais elementos transformam a IP em uma variável volátil, racional, claramente afetada por múltiplos fenômenos.

Em contraposição à ideia de que a IP seria uma variável extremamente estável que afeta a política, mas não é afetada por ela, esse autor defende uma postura revisionista, na qual

as lealdades partidárias são atualizadas constantemente, em resposta a uma série de forças de curto prazo como, por exemplo, flutuações econômicas e avaliações de candidatos ou *performance* do governo (Fiorina, 1981). Os indivíduos, portanto, alteram suas identificações partidárias de acordo com os resultados políticos almejados, levando em consideração seu acúmulo de experiências e avaliações políticas (Niemi, Wiesberg, & Kimball, 2010).

Essa chave interpretativa tem sido utilizada para associar a melhoria das condições educacionais e de acesso à informação ao declínio do partidarismo nas democracias ocidentais, que teria deixado de ser funcional aos eleitores (Dalton, 2013).

Se existem evidências empíricas bastante robustas das teorias mencionadas para o contexto das democracias desenvolvidas (Green et al., 2004; Lupu, 2015; Rico, 2010), ainda sabemos muito pouco sobre como se estruturam e se alteram as relações entre partidos e eleitores no contexto das jovens democracias, cujos sistemas partidários são, em geral, fracamente institucionalizados. Entre os poucos trabalhos que abordaram o assunto, temos Rico (2010) e Lisi (2015), para o contexto dos países do sul da Europa, e Lupu (2015) e Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) para os países da América Latina.

O estudo de Rico (2010), por meio de análise multinível, buscou verificar a existência de efeitos geracionais sobre a IP e concluiu que tanto fatores individuais quanto contextuais influenciam na sua manifestação. Entre as dimensões de contexto, destacam-se especialmente a natureza e o grau de desenvolvimento democrático de cada país, assim como níveis menores de volatilidade eleitoral e maiores índices de polarização ideológica influenciam positivamente a IP. Já fragmentação partidária apresentou efeitos não homogêneos entre os países, de modo que, nas democracias mais jovens, maior fragmentação aumenta a IP, enquanto nas antigas diminui. No âmbito das dimensões individuais, constatou-se o efeito da socialização sobre a IP, tanto em jovens quanto em velhas democracias da Europa. Contudo, há indícios de que o peso da experiência pessoal tende a diminuir nas democracias consolidadas.

O trabalho de Lisi (2014) comparou, utilizando dados de *surveys*, o efeito de variáveis relacionadas à socialização com aqueles derivados da avaliação de desempenho (satisfação do eleitor com a economia e com os líderes partidários). Para o autor, a natureza do partidarismo nas democracias mais recentes é mais fortemente influenciada por essa última dimensão. Além

disso, o partidarismo seria influenciado pelos tipos de partidos, sendo os eleitores daqueles mais ideológicos menos sensíveis às variações de curto prazo.

O estudo de Lupu (2015) buscou identificar, entre outras questões, se os correlatos do partidarismo são semelhantes em democracias avançadas e novas, de modo que considerou duas hipóteses: [a] se as características individuais dos cidadãos que manifestam laços partidários são consistentes em distintos países, as origens de tais sentimentos podem estar relacionadas; e [b] se os comportamentos políticos dos indivíduos que apresentam laços partidários se aproximam em velhas e novas democracias, as bases do partidarismo podem ser semelhantes nesses diferentes contextos.

O autor analisou a correlação entre partidarismo e um conjunto de características individuais, quais sejam: experiência democrática, extremismo ideológico, proximidade com algum partido, informação política e associativismo. Os resultados dos testes apontam que o perfil dos indivíduos que manifestam laços partidários na América Latina é semelhante àquele de democracias consolidadas: possuem maior idade e tempo de experiência democrática, são mais informados, mais instruídos e mais engajados na vida cívica. Ademais, quanto mais extremo seu posicionamento no espectro ideológico, maior a expectativa de partidarismo, e eleitores de esquerda são mais propensos à manifestação de laços partidários, o que pode decorrer do contexto atual de predomínio de partidos com tal ideologia nos executivos nacionais. O contexto social e o sistema partidário também estão correlacionados com o partidarismo na região, tendo em vista que, nos sistemas mais fragmentados, há menores índices de partidarismo, ao passo que tal variável se relaciona positivamente com elevações dos indicadores de heterogeneidade étnica (proporção entre brancos e não brancos nas populações nacionais), de institucionalização do sistema partidário e de polarização dos laços partidários manifestados pelos eleitores (Lupu, 2015).

Sua conclusão aponta a necessidade de cautela ao analisar a manifestação de laços partidários nos países da América Latina, pois generalizações nas unidades nacionais podem desconsiderar aspectos internos dos sistemas partidários, como a possibilidade de haver partidos fortemente enraizados e outros com os quais os eleitores se relacionem de maneira superficial, indicando que variações nas taxas de partidarismo podem refletir uma instabilidade não no sistema como um todo, mas apenas em determinados partidos pouco enraizados no eleitorado. Da mesma maneira, a desafeição dos eleitores a um dado partido com expressivo

percentual de partidarismo pode aparentar, numa análise simples, uma crise do sistema partidário nacional como um todo, mas pode dizer respeito apenas à dissolução de um partido ou à sua associação com escândalos de corrupção, por exemplo (Lupu, 2015).

Já em Borba et al. (2015) foram analisados, com base num modelo multinível, os determinantes da simpatia partidária e do ativismo partidário na América Latina. O estudo apontou para a validação de algumas teorias, como aquelas que problematizam os efeitos do ciclo de vida na participação em instituições hierárquicas (Dalton, 2013). Por outro lado, foram feitas refutações parciais de importantes teorias que relacionam o envolvimento político à disponibilidade de recursos individuais e coletivos (Verba, Schlozman, & Brady, 1995).

Primeiramente, não se encontram evidências de que o ativismo partidário esteja relacionado à escolaridade, sempre destacada como uma das variáveis de maior importância nesses modelos explicativos. O mesmo ocorreu quanto à raça dos entrevistados, normalmente associada a padrões persistentes de desigualdade na posse de recursos. Em compensação, foi confirmado o efeito significativo do sexo dos entrevistados, que pode ser analisado por esse viés da desigualdade. No terreno das atitudes, foram constatados os efeitos da eficácia política subjetiva e da disposição para buscar informações, que indicam que, mais do que recursos cognitivos (representados naquele modelo pela escolaridade), para o partidarismo importa uma orientação positiva de interesse pelos assuntos públicos ou, nos termos propostos por Dalton (2013), uma “mobilização cognitiva”.

O mais importante achado do artigo, porém, parece ter sido aquele relacionado aos efeitos das variáveis de contexto, em especial o efeito negativo do número efetivo de partidos políticos sobre a IP. Nesse sentido, a interpretação dos autores é que sistemas mais complexos em termos da oferta de legendas partidárias tendem a dificultar o processo de escolha do eleitorado, por conta da elevação dos custos de informação que, no pior dos cenários, pode conduzir à não decisão (Borba et al., 2015).

A ampla literatura internacional e a ainda incipiente literatura específica sobre as jovens democracias apontam para a necessidade de combinação entre a abordagem da socialização e as perspectivas de cunho racionalistas. Como procuramos demonstrar nas próximas seções, a incorporação de um olhar para a dualidade da IP, especialmente no contexto das jovens democracias, pode ter rendimentos muito interessantes. Antes disso, é

preciso empreender algum esforço para definir o que compreendemos como juventude e a sua relação com o estabelecimento de laços partidários.

Juventude e partidarismo

O modelo de IP da Escola de Michigan se baseia na hipótese denominada de período crítico ou dos anos impressionáveis (Sears & Valentino, 1997). Ela é derivada dos estudos de socialização política e afirma que a incorporação de valores, crenças e atitudes ocorre nas primeiras décadas que antecedem a entrada na vida adulta e, após esse período, eles se cristalizam e passam a apresentar poucas alterações (Sears, 1975). Os valores e as crenças adquiridos durante o período pré-adulto de socialização se consolidam e permanecem latentes, manifestando-se de forma residual durante toda a vida do indivíduo. Esses valores pouco se alteram com o passar dos anos, salvo em experiências excepcionalmente traumáticas. Essa mesma premissa é adotada por outros autores e está presente na teoria do desenvolvimento humano de Inglehart (2001) e nos estudos sobre o declínio do capital social de Putnam (2001).

As justificativas teóricas que sustentam a importância dos estudos de socialização política podem ser encontradas nos trabalhos de Almond e Verba (1989), uma vez que o sistema de crenças e valores incorporados é fundamental para a consolidação de uma cultura política pró-democrática (Almond & Verba, 1989); e nos de David Easton, dado que são fundamentais para criar mecanismos de apoio difuso ao sistema (Easton, 1979). Segundo Sears (1975), a importância de estudar os processos de socialização política recai sobre a influência que os resíduos oriundos da socialização primária exercem sobre o comportamento político.

Os estudos de painéis conduzidos por M. Kent Jennings e seus colaboradores (Beck & Jennings, 1979; Stoker & Jennings, 1995) foram responsáveis por deslocar o enfoque dos estudos de socialização política da infância e da adolescência para outras fases da vida (Sapiro, 2004). A política pode ser definida como um domínio específico da vida, sendo responsiva às mudanças estruturais que ocorrem durante a passagem entre as diferentes etapas que caracterizam o ciclo de vida (Jennings, 1979). Essa perspectiva passa a questionar os pressupostos dos modelos baseados nas premissas dos anos impressionáveis ou período crítico, ao constatar que algumas mudanças estruturais que ocorrem durante a vida podem se sobrepor aos resíduos oriundos da socialização política primária.

Essas mudanças se caracterizam por alterações nos papéis desempenhados pelos indivíduos dentro da estrutura social – de filho para pai, de estudante para trabalhador ou de solteiro para casado. A alteração desses papéis produz novos repositórios de socialização política (Kinder, 2006), que passam a reorientar crenças e valores subjetivos, à medida que novos papéis são adotados. Sendo a política responsiva a essa mudança estrutural, diante de novas ideias as pessoas tendem a mudar suas atitudes (Kinder, 2006).

Esta perspectiva é definida como hipótese do ciclo de vida (Visser & Krosnick, 1998) e se diferencia da hipótese dos anos impressionáveis, justamente por não considerar o processo de socialização primária perpétuo. Se a hipótese tradicional da socialização política define que os valores adquiridos até a idade adulta se cristalizam, a hipótese do ciclo de vida afirma que essas crenças e atitudes podem ser repensadas ou reorientadas a partir do desempenho de novos papéis sociais. Alguns estudos têm constatado essa premissa empiricamente, testando a influência do casamento (Stoker & Jennings, 1995), da entrada no mercado de trabalho (Rotolo, 2000) ou do *status* parental (Oesterle, Johnson, & Mortimer, 2004) no comportamento político. A hipótese do ciclo de vida também se diferencia dos modelos racionalistas, definidos como modelos abertos ao longo da vida (Sears & Valentino, 1997), por não ignorar por completo os valores adquiridos durante a socialização pré-adulta.

O modelo baseado no ciclo da vida permite identificar o papel de cada etapa da vida no comportamento político do indivíduo. Dessa forma, podemos identificar se as alterações nos papéis sociais que caracterizam a transição da juventude para a vida adulta incidem sobre a identificação partidária. Antes, porém, é preciso definir objetivamente a categoria juventude, que no contexto brasileiro pode assumir duas formas distintas.

A primeira delas é derivada da definição legal dada pela lei número 12.852, de 2013, o Estatuto da Juventude. Sua redação define como jovens os indivíduos que possuem entre 15 e 29 anos de idade. Existe um descompasso com o que podemos denominar de definição teórica desta categoria, dado que os estudos sobre este tema têm apontado cada vez mais para a dificuldade de definir, em termos etários, o momento em que se inicia e termina a juventude (Vieira, 2008). A modernização tem feito com que os processos de transição para a vida adulta aconteçam de forma menos linear, potencializando os efeitos socioeconômicos – como etnia, gênero e classe social –, fazendo-os aumentar ou diminuir a duração do período que compreende a juventude (Shanahan, 2000).

A dificuldade em definir um tempo etário, ou biológico, que possa ser descrito como o início e o término dessa etapa do ciclo de vida recai principalmente na falta de previsibilidade com que os processos que marcam a transição para o período adulto têm ocorrido (Shanahan, 2000). Dessa forma, os fenômenos que marcam essa passagem, como o término dos estudos, a entrada no mercado de trabalho, a constituição de uma família e o *status* parental, não acontecem de forma linear ou são fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas em que o jovem está inserido. Ao estudar os efeitos da gravidez na adolescência na biografia de jovens de classe média e baixa, pesquisadores identificaram que as variáveis gênero e classe social alteram substancialmente o término da juventude, uma vez que os homens de classe média têm a oportunidade de estender (ou prolongar) o seu ingresso no mercado de trabalho, planejando melhor a sua carreira (Heilborn et al., 2002).

A juventude, então, deixa de se configurar como um período de moratória ou preparação para a vida adulta, caracterizada pela possibilidade de experimentação e apropriação dos papéis que logo irão desempenhar (Erikson, 1976), e passa a se revelar como uma condição que é vivida de acordo com a situação socioeconômica na qual o jovem está inserido (Abad, 2002; Sposito, 1993). Essa distinção entre condição juvenil (ou o que de fato caracteriza o que é ser jovem) e a situação juvenil (ou a forma como o jovem vivencia esse período) possibilitou ganhos analíticos, ao reconhecer que existe uma situação única, o ser jovem, fortemente influenciada por diversas estruturas sociais que incidem sobre essa condição, fazendo-a plural em sua singularidade.

Do ponto de vista metodológico, ocasionou o abandono, ou pelo menos o distanciamento, das tentativas de mensurar a juventude por meio do tempo biológico ou etário, dada a impossibilidade de se determinar com precisão a idade que corresponderia ao período definido como juventude. Esse distanciamento da abordagem etária é possível através da adoção de marcadores de transição. Esses, por sua vez, podem ser definidos como os acontecimentos que caracterizam a passagem da juventude para a vida adulta (Shanahan, 2000), ou seja, o abandono de papéis sociais próprios do jovem, como ser estudante ou filho, e a adoção de papéis desempenhados pelos adultos, como o trabalho e a parentalidade.

A condição juvenil então é definida com base naquilo que caracteriza o mundo adulto, o que determina a impossibilidade de desempenhar os papéis sociais que são próprios da condição adulta. Essa pode ser definida como sendo aquela que possui acesso à dimensão de

produção, ou trabalho, e reprodução, a posse de um núcleo familiar próprio (Abramo, 2011). Podemos caracterizar a transição da juventude para a vida adulta como o momento em que há a inserção no mercado de trabalho e a substituição da família de orientação pela família de reprodução. Dada as discrepâncias etárias em que esses papéis são adotados, uma vez que existem elementos sociais significativos que antecipam ou retardam esse momento, definimos empiricamente o adulto como aquele que está inserido no mercado de trabalho e possui um núcleo familiar próprio.

Essas alterações na definição do conceito de juventude, mesmo partindo de pressupostos epistemológicos distintos, se adequam ao modelo do ciclo de vida, ao se distanciar de uma definição etária e adotar o conceito de marcadores de transição. O enfoque analítico dos estudos de juventude recai não mais na idade, e sim nos processos, ou papéis sociais, que marcam a passagem entre as diferentes etapas da vida. A idade então perde a sua capacidade explicativa e se torna relevante apenas como um *proxy* para o desenvolvimento e a maturação cognitivos (Flanagan, 2013).

Levando em consideração aquilo que foi aqui descrito, o presente trabalho objetiva verificar se os processos de transição para a vida adulta afetam o desenvolvimento de sentimentos de IP, ou seja, se o fato de ser jovem ou adulto incide sobre a predisposição em apoiar um determinado partido político.

Metodologia

A hipótese deste trabalho recai sobre a atuação dos marcadores de socialização para a vida adulta como repositórios de socialização política, capazes de incidir sobre a identificação partidária dos jovens no contexto brasileiro. Para testá-la, foram utilizados os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas, referente aos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. O banco de dados é formado por uma amostra representativa da população de 16 anos ou mais para todos os anos. A todos os pontos da série histórica de dados, foram aplicadas ponderações, reduzindo a amostra para 1.000 casos por ano.

Na construção dos modelos, foram tomadas como variáveis dependentes duas questões que expressam a IP. A primeira está relacionada com o modelo clássico da escola de Michigan e versa sobre a manifestação de simpatia – gostar ou não de um determinado partido. Já a segunda expressa a racionalidade presente nos modelos revisionistas e indaga sobre a congruência entre a maneira de pensar do entrevistado e a identificação com o partido. Assim, a primeira questão indaga sobre a simpatia, se o indivíduo possui um partido de que goste, enquanto a segunda questão pergunta se existe algum partido que represente a maneira como o entrevistado pensa.

A variável independente é uma escala de quatro pontos, construída levando em consideração a definição legal e teórica do conceito de juventude. Os principais marcadores que indicam a transição para a vida adulta – a inserção no mercado de trabalho e a experiência de viver ou ter vivido em um núcleo familiar próprio – foram agrupados com a idade de corte estabelecida pela legislação brasileira. Essas categorias – ter mais de 30 anos, estar trabalhando, aposentado ou à procura de um emprego; estar vivendo ou ter vivido a experiência de um relacionamento – foram agrupadas em uma única variável escalar, na qual cada ponto indica a presença de um ou mais marcadores de transição. Também foram inseridos, como variáveis intervenientes, o sexo e escolaridade, a fim de controlar os efeitos das variáveis dependentes, já que efeitos de ambas sobre o comportamento político estão amplamente descritos na literatura (Almond & Verba, 1989; Dalton, 2008; Ribeiro & Borba, 2010; Verba et al., 1995).

A variável escolaridade foi dividida em uma escala com quatro pontos, com o intuito de padronizar a base de dados: pouca ou nenhuma (de 0 a 3 anos de estudo), baixa (de 4 a 10 anos de estudo), média (de 11 a 14 anos de estudo) e alta escolaridade (15 ou mais anos de estudo). De outra forma, agrupamos em baixa escolaridade os indivíduos que não possuem instrução ou possuem o Ensino Fundamental incompleto; no grupo de baixa instrução, aqueles com Ensino Fundamental completo, mas sem o Ensino Médio completo; no grupo de média escolaridade, os que possuem Ensino Médio completo ou iniciaram a graduação; e, por fim, no grupo de alta escolaridade, todos aqueles com Ensino Superior.

Elencamos como condição juvenil a negação das dimensões de produção e reprodução da vida, ou seja, os indivíduos que não entraram no mercado de trabalho e nem constituíram um núcleo familiar próprio. Dadas as incongruências nos processos de transição para a vida adulta, consideramos o jovem adulto como aquele que está casado ou passou por

uma experiência de relacionamento estável e está inserido no mercado de trabalho. O jovem apenas casado ou apenas trabalhando não se configura, de acordo com a teoria, como um adulto pleno.

Para testar a hipótese, são utilizados dois modelos de regressão logística nos quais as variáveis dependentes são mensuradas como binárias, ou seja, distinguem os que possuem IP: o primeiro modelo analisa a identificação afetiva através da variável que indaga se o entrevistado gosta ou não de um partido político; o segundo analisa a identificação racional, ou seja, busca saber se existe algum partido que expresse o modo de pensar do indivíduo. Também são utilizados dois modelos de regressão multinomial para verificar os efeitos do ciclo de vida na IP dos três maiores partidos brasileiros: PT, PMDB e PSDB. Esses modelos consideram como categoria de referência o agrupamento das respostas das pessoas que não possuem identificação partidária e daquelas que se identificam com outros partidos. Dessa forma, as razões de chance expressam as diferenças entre os simpatizantes dos partidos e o restante da população.

Resultados e discussão

Os dados apontam que a IP no Brasil é responsiva à conjuntura e ao contexto político do País (Tabela 1). Nos quatro pontos temporais, ela apresenta altos e baixos, de acordo com o desempenho do governo. Os anos de 2002 e 2010 apresentam a maior taxa de identificação partidária e correspondem à eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva e de sua sucessora, Dilma Rousseff. Em 2006 as denúncias de corrupção envolvendo o alto escalão do governo e do Partido dos Trabalhadores tem impactos significativos nas porcentagens de identificação partidária, uma vez que o PT é o partido com a maior base social entre os brasileiros. Em 2014, a identificação dos brasileiros cai novamente, responsiva ao desempenho econômico e a novos escândalos de corrupção.

Tabela 1 - Frequência da Identificação Partidária no Brasil

Ano	Afetiva	Racional
2002	49,0%	38,4%
2006	33,4%	28,6%
2010	49,6%	41,0%
2014	34,0%	28,4%
Total	41,6%	34,1%

Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). N = 4000

A Tabela 2 traz a distribuição de frequência da variável independente. Como descrito na seção metodológica, essa variável é uma escala que mensura os marcadores de transição para a vida adulta. O valor 0 indica a porcentagem de jovens que ainda não passaram por nenhum evento que caracterize a vida adulta, ou seja, ainda não entraram no mercado de trabalho e nem viveram um relacionamento estável. O avanço da escala indica a presença de um ou mais marcadores. O último valor indica a porcentagem dos indivíduos com mais de 29 anos e inseridos no mercado de trabalho que já vivenciaram uma relação estável.

Tabela 2 - Condição Juvenil no Brasil

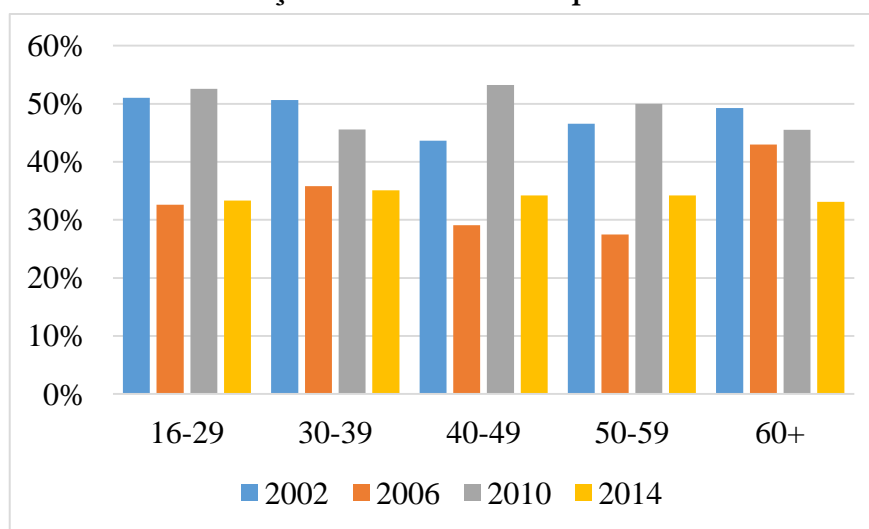
	2002	2006	2010	2014	Total
0	6,0%	6,2%	2,9%	1,9%	4,3%
1	13,4%	19,5%	13,8%	14,6%	15,3%
2	25,3%	22,9%	21,5%	21,2%	22,7%
3	55,3%	51,4%	61,8%	62,3%	57,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). N = 4000.

O Gráfico 1 traz a porcentagem, em cada faixa etária, dos respondentes que disseram possuir um partido do qual gostem. Primeiramente, observamos que a IP afetiva apresenta certa estabilidade para o ano de 2002, sofrendo uma pequena queda entre os entrevistados de 40 a 49 anos. Para o ano de 2006, o gráfico permite afirmar que houve a maior queda da identificação partidária, em comparação com os outros períodos. Quanto aos cortes etários, esse ano também apresenta a maior instabilidade da medida – apenas os respondentes acima

de 60 anos se mantiveram estáveis em relação ao período anterior. Já no ano de 2010, os índices de identificação partidária voltam a subir e atingem os maiores percentuais dentre os períodos analisados. É nesse ano que se encontram os respondentes – 40 a 49 anos – com o maior nível de identificação partidária entre todas as faixas etárias e todos os períodos analisados. Novamente, no ano de 2014, a identificação partidária apresenta volatilidade em todos os cortes etários, com destaque para a última faixa etária, que revela uma queda expressiva apenas nesse ano.

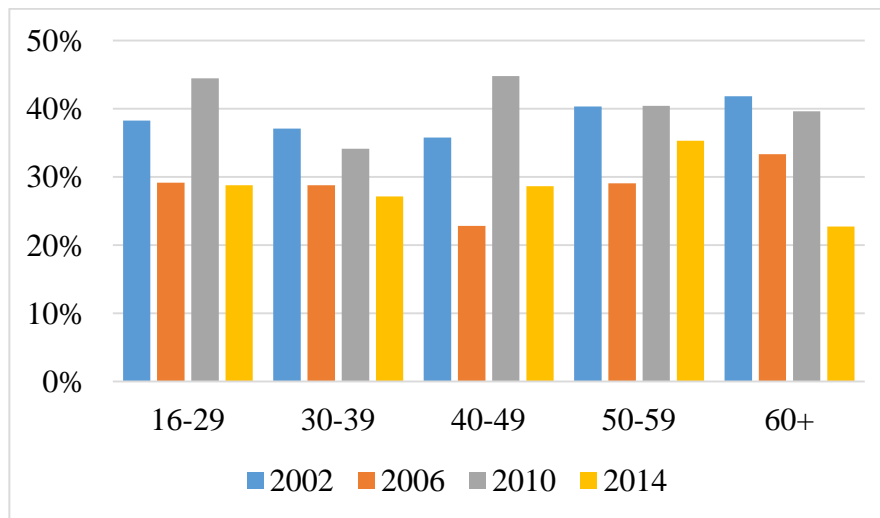
Gráfico 1 - Identificação Partidária Afetiva por Ano e Faixas Etárias



Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). N = 4000.

A identificação racional com um partido, expressa no Gráfico 2, apresenta um padrão semelhante ao anterior. Inicialmente, os dados do ano de 2002 também demonstram certa estabilidade, com os maiores índices nas faixas etárias mais avançadas (50 a 59 e 60+). Mais uma vez, como na IP afetiva, percebemos, em 2006, uma queda da medida em todas as faixas etárias. Outra semelhança com o gráfico anterior ocorre no ano de 2010, quando os níveis atingem os maiores percentuais, salvo a faixa etária 30 a 39, cujo maior percentual ocorre em 2002. Por fim, para o ano de 2014, novamente observamos uma volatilidade da identificação partidária racional, com brusca queda em todas as faixas etárias, principalmente no corte etário 60 anos ou mais.

Gráfico 2 - Identificação Partidária Racional por Ano e Faixas Etárias



Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). N = 4000.

Apesar de menos constante que a IP afetiva, a existência de um partido no qual o entrevistado reconhece a sua maneira de pensar também demonstra a inexistência de diferenças significativas no que diz respeito à idade. Cabe destacar que os anos de 2006 e 2014 apresentam um efeito de período (Castillo, 2008; Norris, 2003). A diferença observada a partir dos dados desses anos ocorre, ao que tudo indica, por conta de fatores exógenos ao ciclo de vida, relacionados à conjuntura política e à crise vivenciada pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo Avritzer (2016), em análise sobre as redes sociais nos anos de 2013 e 2014, o governo Dilma, o papel dos partidos políticos e a corrupção são fortemente questionados nas publicações das redes sociais.

Os modelos estatísticos corroboram os gráficos. Não existem diferenças significativas entre a identificação partidária de jovens e adultos, uma vez que os marcadores de transição que definem a passagem entre a juventude e a idade adulta não afetam a identificação partidária, seja ela afetiva ou racional. A Tabela 3 demonstra os resultados do modelo que afere a identificação afetiva e racional do entrevistado. Como podemos observar, a variável sexo é significativa, e os homens apresentam uma razão de chance 23,44% maior de identificar-se afetivamente com um partido, quando comparados com as mulheres. Quanto à identificação partidária racional, observamos uma razão de chance de 22,41% de identificação (Ribeiro & Oliveira, 2014). O modelo também confirma o efeito do período de 2006 e 2014, quando houve redução para ambas as identificações. Para o ano de 2006, a identificação

partidária racional teve uma redução de 36,84% em sua razão de chance, enquanto a afetiva demonstrou uma diminuição de 48,81%. De maneira semelhante, as reduções em 2014 foram de 39,01% e 46,75% em sua razão de chance para as identificações racional e afetiva, respectivamente.

Uma outra evidência encontrada no modelo apresentado é quanto ao efeito da escolaridade. Essa variável revelou efeito positivo sobre a identificação partidária racional, elevando em 3,88% a razão de chance a cada nível de escolaridade. Em contrapartida, a escolaridade demonstrou efeito redutor de 0,84% sobre a identificação afetiva.

Os dados demonstram coerência, na medida em que a educação está relacionada com a maior capacidade de processar informações políticas, o que auxilia a compreensão do funcionamento dos mecanismos de *input*, facilitando a participação política. No modelo apresentado, a maior educação facilitaria o acesso à informação e a compreensão dos programas e das ações dos partidos, possibilitando maiores chances de identificar um partido que representa a maneira como o indivíduo pensa.

Esse efeito positivo da educação na identificação partidária contraria alguns estudos sobre o tema, realizados em democracias de países industriais avançados. O modelo da mobilização cognitiva proposto por Dalton (2013) afirma que a relação entre identificação partidária e escolaridade não é linear, uma vez que a escolaridade está relacionada com a mobilização cognitiva: os indivíduos com menor mobilização e os mais mobilizados tendem a apresentar baixa identificação partidária. Os primeiros – definidos pelo autor como independentes – são propensos a não se preocupar com assuntos políticos, uma vez que possuem menor interesse sobre o tema. Já os últimos – definidos como partidários – tendem a ser mais autônomos e capazes de guiar as suas escolhas sem a necessidade de rótulos partidários.

Tabela 3 – Preditores da Identificação Partidária Afetiva e Racional

	Racional	Afetiva
Sexo	-22,41** (0,07)	-23,44** (0,07)
Escolaridade	3,88* (0,02)	-0,84 (0,01)
2002	- -	- -
2006	-36,84** (0,1)	-48,81** (0,1)
2010	8,5 (0,1)	1,10 (0,09)
2014	-39,01** (0,1)	-46,75** (0,09)
Índice de Juventude	-1,59 (0,04)	-0,12 (0,04)
Constante	-35,43* (0,15)	15,88 (0,14)
Pseudo R²	0,03	0,04
Porcentagem de acerto global	65,90%	59,30%
Notas: N = 4000. * = p < 0,05. ** = p < 0,001		

Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). Elaboração dos autores

Apesar de não existir uma relação entre a transição da juventude para a idade adulta e a IP geral, cabe analisar se essa mudança no ciclo de vida impacta a IP dos partidos especificamente. A Tabela 4 traz os resultados do modelo da IP afetiva para os principais partidos brasileiros: PT, PMDB e PSDB. Foi tomado como categoria de referência o agrupamento das respostas da IP de outros partidos, juntamente com aqueles que responderam que não possuem simpatia por nenhuma agremiação partidária.

Tabela 4 - Identificação Partidária Afetiva por Partidos

	PT		PMDB		PSDB	
	B (Erro P.)	Exp(B)	B (Erro P.)	Exp(B)	B (Erro P.)	Exp(B)
Intercepto	-0,52 (0,14)	0,59**	-2,53 (0,34)	0,08**	-3,3 (0,3)	0,04**
Sexo	-0,29 (0,07)	0,74**	-0,54 (0,15)	0,57**	-0,16 (0,14)	0,85
Escolaridade	-0,1 (0,05)	0,9*	-0,22 (0,1)	0,8*	0,3 (0,08)	1,34**
2002	-	-	-	-		
2006	-0,41 (0,1)	0,66**	-0,74 (0,21)	0,47**	-0,09 (0,23)	0,91
2010	0,1 (0,11)	1,11	-0,25 (0,2)	0,78	0,64 (0,2)	1,9**
2014	-0,66 (0,11)	0,52**	-1,14 (0,24)	0,32**	0,28 (0,21)	1,32
Índice de Juventude	-0,2 (0,4)	0,98	0,32 (0,1)	1,39**	0,13 (0,08)	1,13
AIC			7199,81			

Notas: N = 4000. * p<0,05. ** p<0,01.

Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). Elaboração dos Autores

Quando comparados à categoria de referência, os simpatizantes do PT e do PMDB tendem a ser homens. As mulheres possuem uma razão de chance de 26% e 43% a menos, respectivamente, de se identificar com esses dois partidos, quando comparadas à categoria de referência. Os simpatizantes de ambos os partidos também tendem a ser menos escolarizados, uma vez que esta variável apresenta um efeito redutor de 10% e 20% nas razões de chance de identificação do entrevistado com o PT e o PMDB, respectivamente. Por outro lado, as pessoas que se identificam com o PSDB tendem a ser mais escolarizadas, uma vez que cada avanço na escala de escolaridade aumenta em 34% as razões de chance de identificar-se com esse partido.

Tal achado corrobora estudos anteriores sobre as mudanças nos padrões de identificação partidária do eleitor brasileiro (Veiga, 2011). No caso do PT, em particular, esse resultado traduz as mudanças em sua base partidária após a era Lula, quando seus simpatizantes migraram da classe média operária dos grandes centros e passaram a se concentrar nas populações de baixa renda no interior do País (Singer, 2012). De acordo com Singer (2012), o Partido dos Trabalhadores, por meio da implementação de programas sociais

e políticas públicas de transferência de renda, passou a representar os interesses das populações mais pobres, principalmente das regiões norte e nordeste do País.

Em relação aos efeitos de período, o modelo apresenta um resultado que evidencia as crises que se abateram sobre o PT. As denúncias de corrupção envolvendo a alta cúpula do partido no episódio do mensalão entre 2005 e 2006 e os protestos de julho de 2013, que minaram a popularidade da então presidente Dilma Rousseff, produziram efeitos significativos nas razões de chance de uma pessoa se identificar com este partido em 2006 e 2014, com uma redução de 34% e 48%, respectivamente. Dado que o Partido dos Trabalhadores é a agremiação que possui maior IP, a redução de seu apoio produziu efeitos em todo o sistema partidário, conforme descrito nas Tabelas 2 e 3. Um dado interessante é que o PMDB também foi atingido por ela. Sendo o principal aliado e o partido fiador dos governos petistas do período, as razões de chance de alguém se identificar com ele sofreram efeitos redutores de 53% em 2006 e 68% em 2014. Já o PSDB, partido que desde 2003 se posicionou como oposição, não foi afetado pelas crises de corrupção, tendo, inclusive, ganhado simpatizantes em 2010.

Por fim, a transição para a vida adulta afetou a IP do PMDB. A posse de cada marcador de transição aumentou as razões de chance de um indivíduo se simpatizar com este partido em 34%. O efeito dessa medida indica que as pessoas que se identificam com o PMDB tendem a estar mais integradas à vida adulta.

Passando agora para a análise da IP racional, na Tabela 5, podemos observar que muitos resultados se repetem. As mulheres continuam a se identificar menos com o PT e, desta vez, apresentam um efeito redutor de 48% nas razões de chance de simpatizar com o PSDB. Curiosamente, não houve efeitos em relação à IP do PMDB. Já em relação à escolaridade, os simpatizantes do PSDB continuam a ser os mais escolarizados, com um aumento nas razões de chance de 54% para cada ponto da escala de educação em relação à categoria de referência. PT e PMDB não apresentaram resultados significativos. Por ser uma medida que indaga sobre a congruência entre a forma de pensar do entrevistado e o partido, essa variável opera com uma exigência cognitiva maior. Ela exige que o entrevistado identifique, na atuação do partido, suas crenças e seus valores, demandando mais informação política para isso.

Tabela 5 - Identificação Partidária Racional por Partidos

	PT		PMDB		PSDB	
	B (Erro P.)	Exp(B)	B (Erro P.)	Exp(B)	B (Erro P.)	Exp(B)
Intercepto	-0,76 (0,17)	0,47**	-2,8 (0,41)	0,06**	-3,37 (0,35)	0,04**
Sexo	-0,37 (0,09)	0,69**	-0,38 (0,2)	0,68	-0,48 (0,18)	0,62*
Escolaridade	0,1 (0,06)	1,1	-0,16 (0,13)	0,85	0,43 (0,11)	1,54**
2002	-	-	-	-	-	-
2006	-0,4 (0,11)	0,67**	-0,26 (0,23)	0,76*	-0,17 (0,24)	0,84
2010	0,11 (0,11)	1,11	-0,64 (0,27)	0,52	0,38 (0,22)	1,46*
2014	-	-	-	-	-	-
Índice de Juventude	-0,11 (0,05)	0,89*	0,15 (0,13)	1,17	0,01 (0,1)	1,01

AIC

4875,9

Notas: N = 4000. * $p < 0,05$. ** $p < 0,01$. Não há dados disponíveis para 2014.

Fonte: ESEB/CESOP (2002, 2006, 2010, 2014). Elaboração dos Autores

Os efeitos de período também são observados para o PT e o PMDB, sendo redutores de 33% e 24%, respectivamente, nas razões de chance de alguém se identificar com estes dois partidos em 2006. Em 2010 também é observado o aumento na IP racional do PSDB em 46% nas razões de chances de se identificar com este partido. A questão que mensura a IP racional não foi repetida no ESEB de 2014; logo, não há dados disponíveis para este ano.

A ausência dessa variável, por outro lado, produziu uma informação interessante: no modelo que descreve os efeitos dos preditores da IP racional, o índice de juventude apresenta uma redução de 11% nas razões de chance de uma pessoa se identificar com o PT. Isso significa que cada marcador de transição para a vida adulta reduz a probabilidade de alguém simpatizar por este partido.

Até o ano 2010, os eleitores que se identificavam com este partido tendiam a ser jovens. Os eventos de 2013 foram marcados principalmente pelo envolvimento dessa fração da população. Ainda que seus desdobramentos e continuidades tenham se tornado mais

heterogêneos em termos etários, a proporção de jovens que participaram dessas manifestações ainda se manteve alta (Singer, 2013). Isso leva a crer que, além de ser responsável pela queda na aprovação do governo petista à época, esses eventos também podem ter tido impactos significativos no perfil de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores.

Comparando tais achados com os de outro estudo que utiliza metodologia similar para verificar o envolvimento do jovem com questões políticas, os resultados do nosso estudo apontam para particularidades importantes da IP em nosso contexto. Usando dados provenientes do projeto Latinobarómetro produzidos nos anos de 1995, 2000 e 2005, Okado e Ribeiro (2015) testaram os efeitos dos processos de transição para a vida adulta sobre diferentes medidas atitudinais e participativas no contexto brasileiro. Seus achados apontam que, a despeito do baixo interesse em política apresentado pela população brasileira, os jovens solteiros tendem a se interessar menos por política e, conseqüentemente, conversam menos sobre este tema, ao passo que a juventude em geral participa menos em campanhas políticas trabalhando para partidos ou candidatos – tudo isso quando comparados aos adultos com 30 anos ou mais (Okado & Ribeiro, 2015).

No caso da IP, todavia, a dimensão conjuntural e avaliativa parece possuir proeminência no Brasil. Como apresentamos na seção anterior, é considerável a flutuação nos indicadores afetivo e racional de partidatismo, e a movimentação parece coincidir com momentos políticos que minam as bases de confiança dessas instituições. Exemplos desses escândalos foram o Mensalão em 2006 e a Lava Jato em 2014, que aumentaram as avaliações negativas do PT e do PSDB (Ribeiro, Carreirão, & Borba, 2016).

A IP, portanto, é responsiva ao desempenho institucional, seja direta ou indiretamente. Isso leva a crer que o eleitor médio brasileiro não constrói sua identidade partidária durante a sua socialização primária. Ao contrário do que o modelo clássico da escola de Michigan advoga, os vínculos e a identificação com partidos políticos não compõem a formação da identidade individual dos brasileiros. Sendo o Brasil uma democracia da terceira onda, com todo o sistema partidário reformulado durante o período da ditadura militar e novamente refeito na redemocratização, as novas siglas ainda são incapazes de compor a construção da identidade dos brasileiros e não se constituem como um componente do processo de socialização política.

Ainda que a razão disso esteja ligada à juventude de nossa democracia, é preciso também destacar os efeitos de nosso sistema institucional, que incentiva a divisão partidária. O acesso a recursos do fundo partidário, somado às regras de fidelidade frágeis, estimula as elites políticas a fundar novos partidos, ao invés de disputar entre si o acesso aos recursos. O número efetivo de partidos políticos no Brasil tem crescido de forma ininterrupta desde 1998, atingindo em 2014 um número de 14 partidos efetivos, ante uma média mundial de 4 partidos (Gallagher, 2015). O Brasil tem o sistema partidário mais fragmentado do mundo, e é possível supor que o incentivo à criação de novas legendas políticas contribua com a volatilidade da IP dos brasileiros.

Segundo Kinzo (2005), o Brasil enfrenta dificuldades de consolidar seu sistema de identificação partidária desde o início da redemocratização, e um dos motivos para isso estaria no arranjo institucional construtivo e na própria estrutura de organização dos partidos. O que os nossos dados apontam é que os partidos políticos brasileiros ainda são incapazes de criar laços de identificação partidária duradouros e estáveis com o eleitorado, o que faz com que a IP seja um fenômeno mais relacionado a conjunturas políticas específicas do que a processos de longa duração, como a socialização política.

Conclusão

A hipótese inicial deste trabalho era a de que os marcadores que definem os processos de transição para a vida adulta atuariam como repositórios de socialização política e seriam capazes de incidir sobre a identificação partidária, de modo a explicar as possíveis diferenças existentes na maneira como jovens e adultos se relacionam com a política. Entretanto, apesar de muito difundida no senso comum, a tese da apatia juvenil nos dias de hoje não se sustenta, uma vez que não constatamos diferenças significativas na IP de jovens e adultos.

O Brasil é uma democracia recente e teve todo seu sistema partidário reconstruído durante a redemocratização. Somam-se a isso os altos incentivos à fragmentação partidária e o fato de possuímos o mais elevado número de partidos efetivos do mundo. Essas características contribuem para que os partidos políticos não estabeleçam com o eleitorado laços mais duráveis, capazes de ser forjados por longos processos de socialização. Isso se mostra um problema, porque, como já apotamos no início do artigo, a consistência e a

estabilidade da IP é frequentemente utilizada como indicativo de estabilidade do sistema político como um todo, na medida em que favorece, dentre outras coisas, a redução da volatilidade eleitoral.

A íntima vinculação entre identificação partidária e a atual avaliação negativa dos partidos pode ser explicada pela dimensão conjuntural e avaliativa dos principais partidos. Como a ideia de que o PT administrou mal a economia e as denúncias de corrupção parecem colaborar para ampliar a instabilidade no cenário institucional recente, a tendência de fragmentação das legendas pode vir a aumentar ainda mais, em um verdadeiro círculo vicioso de fragmentação política.

Um sistema partidário com forte identificação por parte do eleitorado poderia servir como um desestímulo à fragmentação política, uma vez que um intenso sentimento de identificação com os partidos existentes poderia dificultar a entrada de novas legendas na disputa. A fragmentação partidária produz, entre outras coisas, a falta de clareza para a responsabilização eleitoral (Rebello, 2012), tornando difícil a identificação dos responsáveis pelas ações políticas em curso e a sua respectiva punição ou recompensa no momento das eleições.

Referências

- Abad, M. (2002). Las políticas de juventude desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, 10(16), 117-152.
- Abramo, H. (2011). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In H. Abramo, & P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Almond, G., & Verba, S. (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage.
- Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Beck, P. A., & Jennings, M. K. (1979). Political periods and political participation. *The American Political Science Review*, 73(3), 737-750. <https://doi.org/10.2307/1955401>

- Borba, J., Gimenes, É. R., & Ribeiro, E. (2015). Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, (5), 13-47.
- Campbell, A., Converse, P., Miller, W. E., & Strokes, D. (1960). *The American voter*. New York: John Wiley & Sons.
- Castillo, A. J. (2008). Trayectorias de participación política de la juventud europea: ¿Efectos de cohorte o efectos de ciclo vital? *Revista de Estudios de Juventud*, (81), 67-94.
- Converse, P. (1969). Of time and partisan stability. *Comparative Political Studies*, 2(2), 139-171.
- Dalton, R. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies*, 56, 76-98. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2007.00718.x>
- Dalton, R. (2013). *The apartisan American: Dealignment and changing electoral politics*. Washington DC: CQ Press.
- Dalton, R., McAllister, I., & Wattenberg, M. P. (2003). Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, 38(167), 295-320.
- Dalton, R., & Weldon, S. (2007). Partisanship and party system institutionalization. *Party politics*, 13(2), 179-196. <https://doi.org/10.1177/1354068807073856>
- Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper.
- Easton, D. (1979). *A systems analysis of political life*. Chicago: University of Chicago Press.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fiorina, M. P. (1978). Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis. *American Journal of Political Science*, 22(2), 426-443.
- Fiorina, M. P. (1981). *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press.
- Flanagan, C. (2013). *Teenage citizens: The political theories of the young*. New York: Harvard University Press.
- Gallagher, M. (2015). *Election indices dataset*. Recuperado em 15 de Novembro de 2015, de http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/index.php

- Green, D. P., Palmquist, B., & Schickler, E. (2004). *Partisan hearts and minds: Political parties and the social identities of voters*. New Haven: Yale University Press.
- Heilborn, M. L., Salem, T., Rohden, F., Brandão, E., Knauth, D., VÍctora, C., ... Bozon, M. (2002, junho). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, 8(17), 13-45. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000100002>
- Inglehart, R. (2001). *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Jennings, M. K. (1979). Another look at the life cycle and political participation. *American Journal of Political Science*, 23(4), 755-771.
- Kinder, D. R. (2006, junho). Politics and the life cycle. *Science*, 312, 1.905-1.908. https://doi.org/10.2990/30_2_43
- Kinzo, M. D. G. A. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(57), 65-81. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100005>
- Lamounier, B., & Meneguello, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Lisi, M. (2015). Partisanship and age effects in recent democracies: Southern Europe from a comparative perspective. *Comparative European Politics*, 13, 493-513.
- Lupu, N. (2015). Class and representation in Latin America. *Swiss Political Science Review*, 21(2), 229-236. <https://doi.org/10.1111/spsr.12162>
- Mainwaring, S. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Mercado Aberto.
- Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). *Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization* (Working Paper n. 319). South Bend: Kellogg Institute.
- Miller, W. E., & Shanks, J. M. (1996). *The new American voter*. Harvard University Press.
- Neves, L. S. (2012). *Brasileiro: mudanças e perpetuidades após as eleições presidenciais de 2002*. Monografia em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

- Niemi, R. G., Wiesberg, H. F., & Kimball, D. (2010). *Controversies in voting behavior*. Washington DC: CQ Press.
- Norris, P. (2003, novembro). Young people & political activism : From the politics of loyalties to the politics of choice ? *Council of Europe Symposium* (pp.1-32).
- Oesterle, S., Johnson, M. K., & Mortimer, J. T. (2004, março). Volunteerism during the transition to adulthood: A life course perspective. *Social Forces*, 82, 1.123-1.149. <https://doi.org/10.1353/sof.2004.0049>
- Okado, L. T. A., & Ribeiro, E. (2015). Condição juvenil e a participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral*, 4(1), 53-78.
- Paiva, D., Braga, M. D. S. S., & Pimentel JR., J. T. P. (2007). Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, 13(2), 388-408. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200007>
- Payne, J. M. (2007). Party systems and democratic governability. In J. M. Payne, D. Zovatto, & M. M. Díaz (Orgs.), *Democracies in development: Politics and reform in Latin America* (pp. 149-178). Washington, D.C.: Inter-American Development Bank.
- Putnam, R. D. (2001). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster.
- Rebello, M. M. (2012). A fragmentação partidária no Brasil: visões e tendências. In *36º Encontro Anual da Anpocs* (pp. 1–30). Águas de Lindóia. Recuperado em 15 de novembro de 2015, http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7955&Itemid=76
- Rennó, L. R. (2007). Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 260-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200002>
- Ribeiro, E., & Borba, J. (2010). Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, 16, 28-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100002>
- Ribeiro, E., Carreirão, Y., & Borba, J. (2016). Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, 22(3), 1.807-1.191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223603>

- Ribeiro, E., & Oliveira, R. A. (2014). Cultura política e gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. *Revista Política Hoje*, 22, 167-205.
- Rico, G. (2010). La formación de identidades partidistas en Europa: Mas allá de de la teoría de Converse. In M. Torcal (Org.), *La ciudadanía europea en el siglo XXI: estudio comparado de sus actitudes, opinión pública y comportamiento políticos* (pp. 143-174). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Rotolo, T. (2000, março). A time to join, a time to quit: The influence of life cycle transitions on voluntary association membership. *Social Forces*, 78(1),133-1,161. <https://doi.org/10.2307/3005944>
- Sapiro, V. (2004). Not your parents' political socialization: Introduction for a new generation. *Annual Review of Political Science*, 7, 1-23. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.7.012003.104840>
- Sears, D. O. (1975). Political socialization. In F. I. Greenstein, & N. W. Polsby (Eds.), *Handbook of political science* (Vol. 2, pp. 93-153). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Sears, D. O., & Valentino, N. A. (1997). Socialization for preadult as catalysts events political matters: Politics. *American Political Science Review*, 91(1), 45-65.
- Shanahan, M. J. (2000). Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective. *Annual Review of Sociology*, 26, 667-692. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.667>
- Singer, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: EdUSP.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - CEBRAP*, (97), 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- Speck, B. W., Braga, M. do S. S., & Costa, V. (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), 1-31. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235606>

- Sposito, M. P. (1993). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, 5(1/2), 161-178.
- Stoker, L., & Jennings, M. K. (1995). Transitions and political participation: the case of marriage. *American Political Science Review*, 89(2), 421-433.
- Veiga, L. F. (2011). O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, 17(2), 400-425. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200005>
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Vieira, J. M. (2008). Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25, 27-48. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000100003>
- Visser, P. S., & Krosnick, J. A. (1998). Development of attitude strength over the life cycle: surge and decline. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(6), 1.389-1.410. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.75.6.1389>
- Weisberg, H. F., & Greene, S. H. (2006). The political Psychology of party identification. In M. B. MacKuen, & G. Rabinowitz (Orgs.), *Electoral democracy* (pp. 83-124). Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Submetido à avaliação em 18 de maio de 2016; revisado em 04 de setembro de 2017; aceito para publicação em 17 de outubro de 2017.